



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

- 1 Ata da 60ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, realizada no Sindicato Rural de Jales - SP,
2 em 03/12/2019.

| Relação dos Membros do Plenário Presentes | |
|---|---|
| ENTIDADE | REPRESENTANTE |
| Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE / BTG | Lucíola Guimarães Ribeiro |
| Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável / Escritório de Desenvolvimento Rural - Jales | Monalisa V.F. Ferreira |
| Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável / Escritório de Desenvolvimento Rural - Jales | Florisvaldo Capato |
| CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Agência Ambiental de Jales | Marcelo Reati da Silva |
| Secretaria da Fazenda e Planejamento / Del. Regional Tributária / Posto Fiscal Jales | Evandro Careno |
| Instituto de Pesca | Marcos Aureliano Silva Cerqueira |
| Prefeitura Municipal de Jales | Flavio Prandi Franco |
| Prefeitura Municipal de Marinópolis | Joaquim Vieira Peres |
| Prefeitura Municipal de Guzolândia | Mauro Cezaro |
| Prefeitura Municipal de Sebastianópolis do Sul | Paulo Roberto Barbosa |
| ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental | Nelson Luiz da Silva |
| APRUMA – Associação dos Produtores Rurais de Marinópolis | João Sérgio Ribeiro |



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

| | |
|---|---|
| APRUPO – Associação de Produtores Rurais de Pontalinda | Alessandro Nunes Ferreira |
| IAF – Instituto Ambiente em Foco | Leonardo José de Souza da Cruz |
| PEIXE - SP – Associação de Piscicultores em Águas Paulistas e da União | Marilsa Patrício Fernandes |
| UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” | Jefferson Nascimento de Oliveira |

3

| Relação dos Convidados Presentes: | |
|--|---|
| ENTIDADE | REPRESENTANTE |
| Secretaria Municipal de Comunicação - Jales | Bruno G. Vilela |
| Prefeitura Municipal de Jales | Sílvia Andreu Pigari |
| Secretaria da Agricultura de Jales | Matheus Henrique Robete |
| DAEE / Jales | Eliana Cristina Mariano Nogarini |
| DAEE / BTG | Márcia Regina Brunca Garcia |

4 **1 – Abertura:** Aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de 2019, no Sindicato Rural de
5 Jales – Avenida João Amadeu, 285, em Jales – SP, às 10h: 00 min., a Eng.^a Eliana C. M.
6 Nogarini, do DAEE, faz uso da palavra: “Bom dia a todos, agora são 10:00 horas e ainda não
7 temos quorum suficiente para darmos início à **60ª Reunião Ordinária do CBH-SJD**, então
8 faremos a 2ª chamada às 10:30 horas. Às 10:30 horas, em segunda chamada, o Vice Presidente
9 do CBH-SJD Professor Jefferson Nascimento de Oliveira faz a abertura dos trabalhos: “Bom dia
10 a todos, senhoras e senhores aqui presentes, é com satisfação que o Comitê da Bacia
11 Hidrográfica do Rio São José dos Dourados inicia sua 60ª Reunião e a Mesa já está composta
12 pelos seguintes membros: Flávio Prandi Franco, Prefeito Municipal de Jales e Presidente do
13 CBH-SJD, Lucíola Guimarães Ribeiro, Engenheira do DAEE de São José do Rio Preto e
14 Secretária Executiva Adjunta do CBH-SJD, a Engenheira Eliana Cristina Nogarini Mariano, do
15 DAEE de Jales e que trabalha na Secretaria Executiva. Informo que infelizmente o Diretor do
16 DAEE de São José do Rio Preto e Secretário Executivo Tokio Hirata não pôde comparecer,
17 então a Secretária Executiva Adjunta está representando-o, e por mim, eu sou Jefferson
18 Nascimento de Oliveira, Vice Presidente aqui do Comitê do São José dos Dourados. Agora eu
19 passo a palavra ao nosso Presidente Flávio.” Com a palavra o Prefeito de Jales e Presidente do
20 CBH-SJD: “Bom, já iniciando o roteiro com a composição da Mesa pelo Jefferson,
21 agradecemos a presença de todos, dando as boas vindas é lógico, a todos os membros do
22 Comitê, às autoridades e aos convidados, e nesse momento esclarecemos e declaramos aberta a
23 reunião ordinária de número 60 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos
24 Dourados, com a presença de **14** membros votantes, lembrando que o Estatuto, em primeira
25 chamada é com a presença de 50% + 1 do total de votos do Comitê, presença mínima de 21



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

26 membros votantes; decorridos 30 minutos da primeira, a 2ª chamada é com no mínimo 1/3 do
27 total de votos, presença mínima de 13 membros votantes. Neste caso, nós temos 14. Iniciando já
28 o item 2 da Pauta: **2 – Leitura e aprovação das Atas Executiva e Completa da 59ª Reunião**
29 **Extraordinária do CBH-SJD** e neste momento passamos para a aprovação das Atas Completa
30 e Executiva e ao mesmo tempo solicitando a dispensa da leitura da ata. Portanto, solicitamos a
31 dispensa da leitura considerando que a Minuta foi encaminhada aos membros e disponibilizada
32 no site do Comitê no dia 20/11, dentro do prazo previsto. Alguém para fazer manifestação em
33 relação a isso? Se não, colocaremos em votação, os favoráveis, se algum contrário, alguma
34 abstenção, se não, consideramos **aprovada** e já passamos a palavra para a Eliana para que possa
35 fazer os Informes da Secretaria Executiva: **3 – Informes da Secretaria Executiva:** “Bom dia a
36 todos, de 21 a 25 de outubro, membros do Comitê do São José dos Dourados estiveram
37 presentes no XXI ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacia, que teve como tema
38 **Gestão de Bacias # Fala Comitê**, e nesse mesmo evento tivemos participação nas visitas
39 técnicas na Usina de Itaipu, conhecendo a planta de biogás, e também a visita a Itaipulândia,
40 onde o tema era “Ações para segurança hídrica”. Nesse mesmo evento, em 23/10 ocorreu a
41 reunião do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas e no dia 25/10 teve a
42 Assembleia do Fórum Nacional onde foi apresentada a nova Diretoria que foi eleita em agosto
43 deste ano, sob a presidência do Prefeito Municipal de Piracicaba Barjas Negri. No dia 21/11,
44 recentemente, a Secretaria Executiva deste Comitê participou da reunião da Coordenadoria de
45 Recursos Hídricos em Piracicaba, onde teve como pauta o status da elaboração do novo Plano
46 Estadual de Recursos Hídricos referência 2020/2023, o Diagnóstico dos Planos de Bacias
47 Hidrográficas e a revisão da Deliberação CRH 146/2012, que dá base na elaboração dos planos
48 de bacia. Ela está sendo revista. Também teve como pauta a documentação e processos
49 digitalizados do FEHIDRO, em que agora não mais serão aceitos os documentos em forma
50 impressa e sim de forma digital. No entanto, em nosso Comitê a deliberação já estava pronta, e
51 como esse sistema ainda está em fase de transição, nós ainda vamos estar aceitando os
52 documentos de forma impressa, mas também solicitando na deliberação tudo em forma digital,
53 por CD ou pendrive para estarmos passando por essa forma de transição. E também foi
54 solicitada contribuições de todos os comitês para uma edição especial daquele jornal
55 Correnteza, para uma edição especial de balanço de fim de ano. No dia 22/11, um dia após essa
56 reunião, o Comitê também participou da 2ª reunião do Fórum Paulista de Comitês de Bacias
57 Hidrográficas também em Piracicaba. Os assuntos, a pauta dessa reunião foi o Projeto de Lei
58 referente ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, as alterações operacionais do FEHIDRO, se
59 adequando agora ao “São Paulo sem papel”, a migração do Banco do Brasil para o “Desenvolve
60 São Paulo”, em que o Agente Financeiro não será mais o Banco do Brasil, e as operações do
61 FEHIDRO no CIAFEN, onde vai ter esses cadastros agora. Também foi feita a avaliação da
62 participação dos comitês de bacia no ENCOB, e também uma discussão sobre a reunião interna
63 do Regimento Interno do Fórum Paulista de Recursos Hídricos. Esses foram os Informes da
64 Secretaria. Passo a palavra agora novamente para o Sr. Presidente. **4 – Deliberações:** Sr.
65 Presidente: “Vamos agora para o item 4 da Pauta, o que a Eliana passou foi o item 3. **4.1**
66 **Deliberação CBH-SJD nº 213/2019 de 03/12//2019, “Aprova o Plano de Ações e Programa**
67 **de Investimentos da Bacia Hidrográfica da UGRHI-18, PA/PI 2020/2023”**. Convido a
68 Lucíola para expor as considerações dessa Deliberação.” Lucíola Guimarães Ribeiro, Secretária
69 Executiva Adjunta do CBH-SJD: “Bom dia a todos, essa atualização do Quadriênio 2020/2023,
70 essa atualização é feita a cada 4 anos, essa revisão, na verdade funciona na deliberação de
71 critérios para a gente utilizar, esses itens que a gente escolhe dentro desses 4 anos para ser
72 usados na deliberação de critérios para a gente seguir. A gente usa o Plano de Bacia e o



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

73 Relatório de Situação. Veio aqui uma Deliberação “Ad Referendum” 224, da Coordenadoria de
74 Recursos Hídricos, ela é “ad referendum” devido às mudanças de Governo a Coordenadoria não
75 conseguiu fechar e então no ano de 2019 não aconteceu nenhuma reunião, mas a gente tem ela
76 como base para fazer esse Plano de Ação e Plano de Investimentos para esse quadriênio. O
77 CBH-SJD, aqui a gente tem uma tabela de todos os comitês, aqui ficou CFURH (Compensação
78 Financeira da Geração de Energia Hidrelétrica), a gente tem duas fontes do FEHIDRO, CFURH
79 e Cobrança. A partir do ano que vem nós teremos a cobrança, então está distribuído CFURH
80 2020/2021/2022/2023 e a cobrança também, 2020/2021/2022/2023. Cada comitê tem um valor,
81 o SJD em 2020 R\$ 694.980,00, em 2021 a estimativa R\$ 716.575,86, em 2022 a estimativa é de
82 R\$ 738.866,70, em 2023 a estimativa é de R\$ 761.775,30; Cobrança R\$ 885.000,00 em 2020,
83 em 2021 R\$ 1.107.000,00, em 2022 1.476.000,00 e 2023 R\$ 1.476.000,00. Lembrando que isso
84 é estimativa, a probabilidade da cobrança abaixar é muito grande porque tem o Ato
85 Convocatório, então as pessoas podem alterar o seu valor porque às vezes tem uma outorga um
86 pouco maior, no ato ela pode desfazer daquele valor que ultrapassou, então isso é só uma
87 estimativa daquele estudo que nós fizemos para aprovar a fundamentação da cobrança.
88 Provavelmente vai mudar, mas é isso que a gente tem e as estimativas e no nosso Plano de Ação
89 e no Plano de Investimentos a gente trabalhou com esses valores. Essa Deliberação que aprova
90 então o Plano de Aplicação e Investimento segue essa Deliberação 224 “Ad Referendum” como
91 ‘norte’, e nós realizamos uma reunião conjunta no dia 7/11/2019 para atualizar esse Plano de
92 Aplicação. Então ficou assim: ele está bem extenso, a gente começou por ordem de PDC aqui
93 no início e aqui vem o Sub-PDC, a ação, a meta da ação, a prioridade, depois o executor da
94 ação, aí vem os recursos, o valor a gente utilizou mais ou menos aqueles valores, a soma de
95 cada ano, fecha naquela tabela que eu mostrei, 2020/2021/2022/2023 valor total, fonte, que a
96 gente tem que diferenciar cobrança e CFURH, prazo para execução e área de abrangência.
97 Vocês querem que eu leia todos os itens? O que vocês acham melhor? Porque está..., nesta
98 pastinha tem todos os itens... Posso pedir a dispensa então? Mas ficou nessa ordem, a hora que a
99 gente soma aqui, a hora que nós somamos aqui, chega à soma daquele valor que a gente tem,
100 para o quadriênio R\$ 7.872.369,86. Bom era só isso, alguma dúvida? Alguma colocação? Não?
101 Então eu passo a palavra para o Sr. Presidente.” Sr. Presidente: “Depois da explicação, alguma
102 discussão, alguém tem alguma palavra? Colocaremos em aprovação, os favoráveis permaneçam
103 como estão, os contrários que se manifestem, os que se abstêm também, como não houve
104 nenhuma manifestação contrária consideramos **aprovada** essa Deliberação que passa a ter o
105 número **213/2019**. A próxima deliberação: **4.2 Deliberação CBH-SJD nº 214/2019 de**
106 **03/12/2019, “Fixa prazos e procedimentos para apresentação e análise de solicitações**
107 **visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO, Exercício 2020.”** Mais uma vez a palavra
108 com a Lucíola, para expor a Deliberação.” Lucíola: “Essa Deliberação de prazos também foi
109 discutida numa reunião conjunta no dia 7/11/2019, a gente fixa prazos então, procedimentos
110 junto ao FEHIDRO. Aqui, como a Eliana falou, a gente abre dia 4, amanhã, começa a
111 solicitação e ela vai até 14/02/2020. Nós estamos pensando aí em fazer na segunda quinzena de
112 janeiro, uma pequena capacitação de documentos técnicos e administrativos, assim que a gente
113 conseguir fechar, a gente faz a divulgação. Então aqui prazos, dia 4/12/2019 a dia 14/02/2020 a
114 solicitação, o protocolo pode ser feito tanto aqui no DAEE com a Eliana ou lá em São José do
115 Rio Preto, na Secretaria do São José dos Dourados, comigo. A princípio a gente sempre pede
116 três vias, aquilo que a Eliana falou, porém o ano que vem vai começar o “São Paulo sem papel”,
117 então a gente já vai ter que alimentar o sistema com uma via digital, então 3 vias mais uma via
118 digital, em CD ou pendrive, o que for mais fácil. Do dia 17/02/2020 a 19/02/2020, verificação
119 dos documentos administrativos realizado pela Secretaria Executiva. Até 21/02/2020 a



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

120 Secretaria Executiva, se houver necessidade de complementação, enviará esta solicitação. Dia
121 06/03/2020 protocolo, sempre é uma semana, para quem for solicitada complementação, das
122 complementações administrativas; dia 12/03/2020 a Câmara Técnica vai se reunir para análise,
123 avaliação e já pontua esses projetos. Se houver a necessidade de pedir complementação técnica,
124 a Secretaria Executiva tem que solicitar até dia 13/03/2020, depois da reunião, aos tomadores
125 esta complementação, tendo aí uma semana, até dia 20/03/2020 os tomadores têm que fazer o
126 protocolo na Secretaria Executiva das complementações solicitadas pela CT-PLA. Até dia
127 25/03/2020 novamente a Câmara Técnica tem que se reunir para analisar, avaliar, pontuar e
128 hierarquizar; até dia 25/03/2020 sai essa divulgação da proposta realizada pela Câmara Técnica
129 no site do Comitê do São José dos Dourados, e até dia 01/04/2020 os tomadores têm um prazo
130 para recurso. Uma semana. Dia 06/04/2020 análise, a Câmara Técnica se necessário vai ter que
131 se reunir novamente para fazer a análise desse recurso e no dia 08/04/2020 reunião de Diretoria
132 para apreciação desses resultados, se necessário. Dia 09/04/2020 análise e divulgação da
133 proposta de priorização no site do Comitê, e até dia 30/04/2020 reunião ordinária, lembrando
134 que o ano que é um ano de eleição, então a gente tem que encerrar tudo antes de junho. Então, a
135 gente está correndo aqui o prazo porque se houver a necessidade de fazer uma 2ª chamada, vai
136 ser curtíssimo, mas a gente vai ter um prazo aí de um mês, então por isso, se houver a
137 necessidade, mas o ano que vem é um ano bem corrido, até 30/06/202 a gente tem que enviar
138 tudo para a Coordenadoria e a gente não pode fazer mais nada. Alguma dúvida? É só, passo a
139 palavra ao Sr. Presidente.” Sr. Presidente: “Então vamos colocar em discussão, não havendo
140 ninguém que queira usar a palavra, colocaremos em aprovação, os favoráveis permaneçam
141 como estão, os contrários que se manifestem, aqueles também com relação a abstenção,
142 **aprovada** essa Deliberação que passa a ter o número **214/2019. 4.3 Deliberação CBH-SJD nº**
143 **215/2019 de 03/12/2019, “Aprova diretrizes e critérios para hierarquização dos recursos**
144 **junto ao FEHIDRO destinados à área do CBH-SJD, Exercício 2020.”** Sr. Presidente:
145 “Partindo para o item “c” da Pauta, a Deliberação que aprova diretrizes e critérios para
146 hierarquização dos recursos junto ao FEHIDRO destinados à área do CBH-SJD, Exercício 2020,
147 e para a explicação, convidamos a Eliana para expor essa Deliberação.” Com a palavra, Eliana
148 Cristina Nogarini Mariano: “Essa Deliberação aprova diretrizes e critérios para hierarquização
149 de recursos FEHIDRO agora de 2020, como a deliberação é grande, eu vou falar os pontos
150 importantes que resumem essa Deliberação. Então ficam estabelecidas datas e horários para os
151 proponentes tomadores efetuarem pessoalmente ou por meio de representante o protocolo de
152 solicitação de recursos para o ano de 2020, de 4/12/2019 a 14/02/2020 conforme a deliberação
153 anterior que a Lucíola acabou de explicar, sendo em 3 vias impressas mais 1 via digital, sendo
154 pendrive ou CD, e os documentos devem estar separados em pastas com os documentos
155 técnicos, conforme os Anexos I a IV dessa mesma deliberação, que vai ter um check-list ali na
156 frente, tem um Anexo que tem um check-list de todos os documentos que cada tomador deve
157 apresentar.” “Bom dia a todos, eu sou Leonardo do Instituto Ambiente em Foco, de
158 Votuporanga, eu tinha comentado com você outro dia na reunião, que a gente pensou também
159 na questão da documentação digital para estar sendo enviada para todos, também inclui nessa
160 parte técnica e administrativa? Todos?” Eliana: “Todos os documentos, tanto a parte técnica
161 quanto a administrativa, têm que estar também na forma digital porque a hora que a gente for
162 alimentar o Sistema FEHIDRO, nós vamos ter que colocar tudo. Inclusive, a partir dos outros
163 anos, essa forma impressa vai ser desnecessária, vai ser tudo digital daqui para a frente. Esse é o
164 “Economiza São Paulo”, “São Paulo sem papel”, que é uma forma econômica e sustentável até
165 da gente começar a trabalhar, a tendência agora é tudo digital mesmo. O envelope contendo a
166 documentação técnica deve estar lacrado, e só é aberto nas reuniões de câmara técnica, essa é



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

167 uma forma de não haver nenhum tipo de interferência de interesses pessoais. Então os
168 documentos administrativos são abertos pela Secretaria Executiva para conferência, conforme
169 estabelecido na deliberação anterior, agora os documentos técnicos só são abertos durante as
170 reuniões de câmara técnica, por isso que devem estar lacrados. Serão considerados inválidos os
171 documentos que não tiverem a assinatura do representante legal ou do responsável técnico. O
172 que a Secretaria Executiva poderá pedir como forma de complementação, que seja apresentada a
173 assinatura nesses documentos. E conforme as determinações do Artigo 5º da Deliberação, será
174 responsável pela checagem dos documentos administrativos, a Secretaria Executiva. No
175 Parágrafo 1º do Artigo 5º, em caso de falta de documentos no protocolo das solicitações, a
176 Secretaria Executiva se responsabilizará em informar aos proponentes a relação dos documentos
177 faltantes e o proponente tomador vai ter o prazo de 7 dias para apresentar esses documentos que
178 estiverem faltando. No Artigo 6º tem aqui qual é o check-list para cada tipo de entidade para se
179 fazer o protocolo dessas solicitações: Municípios e Entidades Municipais, Anexo I; Órgãos e
180 Entidades Estaduais, Anexo II; Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos, Anexo III e
181 Usuários de Recursos Hídricos com fins lucrativos, Anexo IV. Parágrafo 6º do Artigo 6º: Os
182 tomadores contemplados anteriormente com recursos do CBH-SJD para elaboração de
183 plano/estudo de drenagem, erosão, recomposição, ao solicitar novos recursos, deverão
184 apresentar os documentos comprobatórios de conclusão desse recurso anterior, porque uma
185 coisa é interligada à outra. Então “ele apresenta a conclusão, que seja o próprio estudo, já é uma
186 prova de que foi concluído o trabalho.” “Meu nome é Marcos Cerqueira, sou do Instituto de
187 Pesca. Antes de pular para o Capítulo III, é só uma correção que tem que ser feita aqui no
188 Artigo 3º do Capítulo II, tem uma data aqui de 04/12/2019 a 16/08/2019, é só isso. Aí foi
189 corrigida, aqui que não foi, não é?” Eliana: “A gente foi corrigindo aqui, inclusive eu e a
190 Lucíola estávamos comentando, antes de publicar essas deliberações, antes de ir para a plenária
191 nós vamos ler tudo novamente, porque inclusive vai ter algumas datas aí que estão como
192 recursos 2019, na verdade são recursos 2020, então a gente já notou alguns erros e nós vamos
193 corrigir. No Capítulo III, Artigo 7º, os proponentes tomadores poderão apresentar mais de uma
194 solicitação de empreendimento, mas desde que estejam enquadradas em PDC^s diferentes, ou
195 seja, o município pode fazer duas solicitações mas que não sejam duas galerias, por exemplo.
196 No Artigo 8º, apresenta-se os limites e condicionantes para esses pleitos. O mínimo de todos os
197 projetos deve ser R\$ 50.000,00; o máximo para planos, projetos e estudos de abrangência local
198 R\$ 200.000,00; máximo de R\$ 400.000,00 para planos, projetos e estudos de abrangência
199 regional e para obras e serviços, o máximo de R\$ 500.000,00. Esses valores devem estar de
200 acordo com o Programa de Investimentos que é o Anexo V dessa Deliberação. Artigo 9º: As
201 entidades privadas sem finalidade lucrativa também poderão pleitear recursos mediante a
202 realização de estudos, projetos, serviços, obras enquadrados no Plano de Bacia e no Plano
203 Estadual de Recursos Hídricos – PERH, desde que essa entidade tenha constituição definitiva a
204 pelo menos 4 anos nos termos da legislação pertinente, deter entre as suas finalidades principais
205 a proteção ao meio ambiente ou atuação na área de recursos hídricos. Parágrafo Único: Somente
206 serão aceitas solicitações de prefeituras, órgãos do Estado, entidades civis com sede e ou
207 subsede comprovada e atuação na área de âmbito deste Comitê, da UGRHI-18, ressalvados
208 aqueles municípios que tenham áreas em diferentes UGRHI^s. Artigo 11º: Havendo saldo
209 remanescente, o mesmo poderá ser realocado para outras ações previstas no Programa de
210 Investimentos. Ou seja, nós temos um Plano de Ações (Anexo V), se caso nenhum proponente
211 tomador faça nenhuma solicitação para aqueles PDC^s específicos, esse saldo pode ser
212 remanejado para outro PDC. Capítulo IV, sobre as nossas contrapartidas: a administração direta
213 ou indireta de municípios com até 50 mil habitantes, a contrapartida mínima deve ser de 2%;



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

214 para a administração direta ou indireta de municípios acima de 50 mil e até 200 mil habitantes
215 5%; no entanto a nossa UGRHI não tem nenhum município com mais de 50 mil habitantes.
216 Então o que vale é essa contrapartida mínima de 2% e para a administração direta ou indireta do
217 Estado e entidades privadas sem fins lucrativos 10%. Capítulo V: Cabe à CT-PLAN, que é a
218 Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação fazer a classificação e a indicação desses
219 empreendimentos, que também poderá solicitar alterações técnicas nesses documentos que
220 julgar pertinente, e terá também o poder de rejeitar as solicitações, se não se enquadrarem de
221 acordo com os nossos programas de investimentos ou se não fizer parte da UGRHI-18. No
222 Parágrafo 7º: Pleitos não contemplados no Programa de Investimentos (Prioridades 2020)
223 apresentados no Anexo V serão inabilitados. Parágrafo 1º do Artigo 14: Após análise dos
224 projetos, documentos e pré-qualificação dos pleitos, a CT-PLAN poderá solicitar por meio da
225 Secretaria Executiva, o envio de complementações técnicas; então sempre tem uma da Câmara
226 Técnica de Planejamento e Avaliação onde há indicação de onde deverá haver alterações e a
227 Secretaria Executiva entra em contato com os proponentes tomadores para que se façam as
228 correções sempre dentro de um prazo de 7 dias. Esse prazo de 7 dias é fundamental para que se
229 cumpra o cronograma da deliberação anterior, em que a gente tem que cumprir, divulgando
230 sempre os resultados. Se houver o encaminhamento à Secretaria Executiva após o prazo
231 estabelecido, vai exceder o prazo que a gente tem para fazer a reunião da Câmara Técnica de
232 Planejamento e Avaliação. Então esses documentos serão devolvidos através de uma nota de
233 devolução. As solicitações de recursos financeiros que não formalizarem contratos FEHIDRO,
234 serão descartadas pela Secretaria Executiva após o prazo de 2 anos, caso quem fez esse
235 protocolo não entre em contato solicitando a sua retirada. Essa também é mais uma ação do
236 “São Paulo sem papel”, para que a gente não tenha arquivos gigantescos e sempre aparece uma
237 prefeitura que fez um protocolo há 20 anos atrás solicitando e aí há uma dificuldade muito
238 grande em encontrá-lo, aí já é uma ação. Capítulo VI: Dos critérios para desempate, a proposta
239 que apresentar o maior percentual de contrapartida terá preferência e a proposta com menor
240 número de complementações. Inclusive nessa própria deliberação, temos um anexo que tem a
241 ficha de pontuação e quanto menor o número de complementações, melhor para a pontuação.
242 Capítulo VII, que são as Disposições Finais, os tomadores, após todo esse cronograma
243 cumprido, com todas as fases de pedido de complementação, se não concordarem, poderão
244 apresentar recursos devidamente fundamentados referentes ao resultado final e o julgamento dos
245 recursos também deverão ser apresentados em reunião convocada pelo Coordenador da Câmara
246 Técnica de Planejamento. Seguindo a Deliberação vem o Anexo I, conforme já anunciei, é o
247 check list com toda a documentação dos municípios e entidades municipais, no Anexo II o
248 check list para os órgãos e entidades estaduais, no Anexo III o check list para entidades da
249 sociedade civil sem fins lucrativos, no Anexo IV o check list para usuários de recursos hídricos
250 com fins lucrativos, o Anexo V são as prioridades do CBH-SJD para o ano de 2020 (Plano de
251 Bacia do CBH-SJD) e que devem ser respeitadas e obedecidas para a solicitação. Os PDC^s, as
252 ações que forem selecionadas para esse ano de 2020, PDC1, com o Plano de Educação
253 Ambiental, inclusive o Plano de Educação Ambiental já foi uma demanda do nosso Comitê mas
254 nós tivemos problemas com o tomador, que desistiu, então agora está aberto novamente porque
255 é uma ação necessária na UGRHI-18. O outro PDC é o PDC 3 então, através de projetos e obras
256 de prevenção e controle de erosão, e o PDC 4, projetos básicos ou executivos de serviços e
257 ações de recomposição da cobertura vegetal e incentivo às boas práticas. Como o nosso valor
258 não é muito grande, pelo menos a previsão dos valores FEHIDRO que nós temos agora para
259 2020 não é muito grande, então é por isso que nós selecionamos apenas três PDC^s.” Lucíola
260 pede a palavra: “Bom, o que acontece aqui no nosso Anexo V, a gente só priorizou fontes da



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

261 compensação financeira (CEFURH), porquê? A cobrança vai começar o Ato Convocatório
262 provavelmente em janeiro, porque naquele Programa de Investimentos a gente contou as 2
263 fontes, só que como a cobrança vai começar provavelmente no meio do ano, Ato Convocatório
264 no meio do ano para arrecadar em dezembro, o que a Câmara Técnica entendeu, esse valor para
265 o ano de 2020, porque vai ser uma estimativa, só que a gente deixou a ação no Plano porque se
266 vier realmente em dezembro, se a gente realmente for cobrar e esse valor vier em dezembro, a
267 gente realoca essa ação de 2020 para 2021, somando também com o valor de 2021. Então, aqui
268 na Planilha de Critérios, só ficou a fonte da compensação financeira, a cobrança não está porque
269 o ano que vem a gente só tem até junho para deliberar os valores e provavelmente esse dinheiro
270 vai chegar só em dezembro. Então a gente preferiu não trabalhar com esse recurso, mas ele
271 consta no Plano de Aplicação, então se vier a gente realoca em 2021 e não terá problemas, a
272 gente entendeu que é mais fácil fazer isso do que trabalhar com um valor que não existe, porque
273 ele ainda não existe, vai começar no ano que vem, a gente acredita que em janeiro mas também
274 é uma estimativa de prazo, a gente não sabe.” Eliana: “O Anexo VI é aquela ficha de critérios de
275 pontuação e hierarquização das solicitações de recursos financeiros, o Anexo VII é uma
276 declaração que pode substituir o Atestado de Regularidade Florestal. Tem alguns projetos,
277 principalmente de recomposição, pede-se esse atestado (ARF), essa declaração substitui, então
278 já tem na Deliberação o modelo dela. O Anexo VIII é a estrutura mínima do pleito, com todos
279 os critérios, desde a apresentação, introdução, objetivos que devem fazer parte dos projetos, o
280 Anexo IX é definição de ganho ambiental para que se entenda o que é ganho ambiental dentro
281 de um projeto e se apresente esse critério dentro do mesmo. Passo a palavra para o Sr.
282 Presidente para colocar essa Deliberação em discussão e votação.” Sr. Presidente: “Após a
283 exposição da Deliberação, colocaremos em discussão, se houver alguém que queira usar a
284 palavra, só corrigindo aqui, alguém mais, alguma discussão, alguma informação, senão
285 colocaremos para aprovação, colocando em aprovação, os favoráveis permaneçam como estão,
286 os contrários e abstenções que se manifestem, **aprovada** essa Deliberação que passa a ter o nº
287 **215/2019, de 03/12/2019**. Eu gostaria já na sequência, de solicitar à Mesa e aos presentes, a
288 inclusão de uma nova deliberação na Pauta dessa reunião e eu gostaria que a Lucíola fizesse a
289 exposição dessa Deliberação que “altera o Anexo do Artigo 1º da **Deliberação nº 196/2018, de**
290 **20/09/2018**, que aprova a proposta do Programa Quadrienal de Investimentos para a aplicação
291 dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na UGRHI-18 para o período
292 2020/2023. Lucíola então para expor essa Deliberação.” **4.4 Deliberação CBH-SJD 216/2019,**
293 **de 03/12/2019, “Altera o Anexo do Artigo 1º da Deliberação CBH-SJD nº 196/2018 de**
294 **20/09/2018 que “Aprova a proposta de do Programa quadrienal de Investimento para**
295 **aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na UGRHI-18, para o**
296 **Período 2020/2023”**. Lucíola: “A gente aprovou no início aquele Plano de Aplicação
297 2020/2024. Essa deliberação aqui foi feita..., um Programa de Investimentos com os valores da
298 cobrança. Então a gente entendeu que na verdade é a 196, foi quando a gente aprovou a
299 fundamentação que foi para a Coordenadoria, então a gente entende que alterou algumas coisas
300 no Anexo dessa Deliberação. Isso aqui, certo? Então a gente está fazendo uma deliberação de
301 acordo com aquela que nós aprovamos, para realmente alterar o anexo daquela deliberação lá
302 atrás, de acordo com o Programa que nós estamos aprovando neste momento. É só isso, é só
303 termos, porque existia ela lá atrás e é só isso, vão ficar duas deliberações falando a mesma coisa.
304 Então a gente vê os “considerandos”, falamos da reunião e a gente pegou só a parte da cobrança
305 e compilou aqui. Alguma dúvida? Somente isso.” Sr. Presidente: “Feitos os esclarecimentos,
306 alguém tem alguma dúvida, algum questionamento? Se não, colocaremos para aprovação, os
307 favoráveis permaneçam como estão, os contrários e abstenções que se manifestem, **aprovada**



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

308 essa Deliberação, que passa a ter o número **216/2019**, de **03/12/2019**. **5.0 – Encerramento:** Já
309 partindo para o encerramento, alguém gostaria de expor algum assunto, colocar alguma
310 discussão, alguém aqui na Mesa quer fazer o uso da palavra? Por favor, o nome...” “Paulo,
311 Prefeitura de Sebastianópolis. Eu tenho uma dúvida aqui, lá no nosso município nós não
312 fizemos aquela capacitação dos trabalhos..., nós não fizemos aquele plano de controle de erosão
313 rural, ele pode ser encaixado dentro daquele Anexo V? Pode? Na prevenção de controle de
314 erosão?” Eliana: “A sua dúvida, você quer saber se a prefeitura pode solicitar recursos para uma
315 obra de erosão ou para o plano de erosões?” Paulo: “Para o plano e para a obra.” Eliana: “Para a
316 obra sim, porque vai ser o PDC 3 que está encaixado, agora para o plano não porque não está
317 mas prioridades, o plano é PDC 1 que não está elencado, mas se solicitar uma obra provando a
318 necessidade, aí pode.” Paulo: “Obrigado.” “Evandro Careno, Secretaria da Fazenda do Estado
319 de São Paulo, em cima da pergunta dele, se eu não me engano, um dos parágrafos ou dos incisos
320 de um dos artigos diz que se sobrar dinheiro, pode-se usar para algo que não está nas
321 prioridades, então se ele tiver o plano pronto e quiser apresentar, eu acho que poderia abarcar o
322 plano também. Se sobrar dinheiro...” Lucíola: “Evandro, na verdade é assim, você está certo, o
323 recurso pode ser remanescente, só que ele pode ser remanescente dentro do que está aqui, só
324 dentro dos 3 itens que constam aqui. Por exemplo, sobrou recurso e entraram duas obras para o
325 item 4.2, aí a gente pode, certo, nesse item aqui. Agora eu não estou lembrada para o ano que
326 vem, se o Plano está contemplando.” Eliana: “É porque essas prioridades são apenas para 2020,
327 depois nos outros anos a Câmara Técnica se reúne novamente e elenca as prioridades em outros
328 PDCs.” Lucíola: “Lembrando o que acontece, porque a gente só deixou um PDC, a gente só
329 pode investir até 25% nesse PDC. Então a gente não consegue..., a gente é até um pouco
330 penalizado se ultrapassa, porque a gente tem que seguir a Deliberação CRH nº 188/2016 e a
331 Coordenadoria dá limites por PDC, então eu lembro que também que até foi um questionamento
332 na Câmara Técnica por conta disso, o valor é pouco e a gente tem um percentual máximo.
333 Então, no item 1.1.2 a gente pode investir só até 25%, eu me lembrei agora.” Márcia Regina
334 Brunca Garcia, Engenheira do DAEE São José do Rio Preto, com a palavra: “Estou me
335 lembrando que entra dentro desse 3.4, não o plano mas o projeto para controle de erosão.” Sr.
336 Presidente: “Para contribuir também o nosso querido Jefferson.” Jefferson Nascimento de
337 Oliveira, Vice Presidente do Comitê do São José dos Dourados: “Bom dia a todos novamente,
338 só lembrando ao representante ali da prefeitura que levantou isso, a nossa verba caiu de em
339 torno de R\$ 800 mil/R\$ 900 mil para R\$ 600 mil para 2020 e a gente ainda vai ter aí essa
340 questão da arrecadação pela cobrança, mas isso não vai ser assim de bate pronto, vai demorar
341 um pouco. Então a gente espera, eu sendo ‘presidente’ (Coordenador) da Câmara Técnica de
342 Planejamento que realmente os projetos sejam bons e que usem o dinheiro com parcimônia para
343 melhorar a condição da população em maior número possível e a condição da água também,
344 então a gente espera muito para 2020, com o pouco recurso que nós teremos, é bom frisar isso,
345 então a gente teve uma bonança muito grande, um milhão e trezentos não foi, esse ano, de um
346 milhão e setecentos para 600 mil. Eu pareço pessimista mas eu acho que eu sou realista nesse
347 sentido, então é bom que todo mundo saia daqui com esses números na cabeça e com projetos
348 realmente enxutos, que pouca verba cause impactos para os recursos hídricos.” Sr. Presidente:
349 “Alguém mais sobre esse assunto? Se não, nós vamos passar para o encerramento da nossa
350 reunião, antes agradecendo a presença de todos, declarando encerrada mais esta Reunião
351 Ordinária.” Prof. Jefferson: “Feliz natal, mesmo com essa notícia aí, feliz natal e um excelente
352 ano novo, porque se tiver saúde, na verdade, está bom, então acho que todo mundo aqui tendo
353 saúde, responsabilidade fiscal para os prefeitos e para as pessoas que trabalham em setor
354 público e provado, acho que isso é importante demais, então a gente deseja realmente isso aqui e



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

355 ano que vem vamos estar juntos aqui de novo, se Deus quiser, esperando contar também com o
356 Tokio aqui, que ele melhore, eu acho que é um cara que sempre trabalhou muito por Comitê,
357 não só pelo nosso mas como por todo o sistema hídrico aqui de São Paulo. Muito obrigado
358 senhoras e senhores.” Essa Ata foi redigida na íntegra por Antonio Roberto de Jesus, Assessor
359 Técnico III do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e vai assinada pela
360 Secretária Executiva Adjunta e pelo Presidente do CBH-SJD.

361

362

363

364

365

366 Lucíola Guimarães Ribeiro
367 Sec. Exec. Adj. do CBH-SJD

Jefferson Nascimento de Oliveira
Vice-Presidente do CBH-SJD

Flávio Prandi Franco
Presidente do CBH-SJD